

CONTRIBUIÇÕES DE JACQUES LE GOFF PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MEDIEVAL: “TOTALIDADE” E LONGA DURAÇÃO NOS ESTUDOS SOBRE OS INTELLECTUAIS

Terezinha Oliveira
Pós-doutorado em história da Educação pela
Universidade de São Paulo;
Professora Titular do Departamento de Fundamentos da
Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação da
Universidade Estadual de Maringá; Bolsista de Produtividade
em Pesquisa 1D – CNPq)
teleoliv@gmail.com

Claudinei Magno Magre Mendes
Doutor em História pela Universidade de São Paulo;
Professor da Unesp-Assis
mendes.claudinei@gmail.com

Rafael Henrique Santin
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Estadual de Maringá – Bolsista CAPES;
Professor EBTT do Instituto Federal do Paraná – Campus
Palmas
rafael.h.santin@gmail.com

Recebido em: 10/08/2016
Aprovado em: 08/11/2016

Resumo:

Neste artigo, examinamos as contribuições de Jacques Le Goff (1924-2014) para o campo da História da Educação Medieval. Nossa intenção é, primeiro, situar a obra de Jacques Le Goff no conjunto de uma tradição historiográfica inaugurada no século XIX, principalmente no que se refere aos princípios de totalidade e de longa duração como essenciais para a pesquisa histórica. Em segundo, procuramos evidenciar o estudo de Le Goff acerca dos intelectuais na Idade Média, a partir do qual eles passaram a ter maior destaque no conjunto da civilização medieval.

Palavras-chave: História da Educação Medieval. Jacques Le Goff. Totalidade. Longa Duração.

Abstract:

This article examines the contribution from Jacques Le Goff (1924-2014) for the History of Medieval Education. Our intention is, firstly, to place the work of Jacques Le Goff in the historiography tradition, started on the 19th century, especially with regard to the principles of fullness and long term as essential for historical research. Secondly, we present the study by Le Goff about the intellectuals in Middle Age. With his work, the intellectual became more important in the medieval civilization.

Keywords: History of Medieval Education. Jacque Le Goff. Totality. Long term.

Introdução

Jacques Le Goff (1924-2014), historiador francês sobre o qual trata este texto, tem papel central na historiografia brasileira, inclusive na História da Educação, campo no qual concentramos nossas pesquisas e reflexões. Desse modo, pretendemos examinar algumas de suas obras que contribuíram para o desenvolvimento dos estudos acerca da História da Educação Medieval.

Os textos de Le Goff que subsidiam nossas reflexões são um verbete do livro *História e Memória*, intitulado *Passado/Presente*, e os livros *Em busca da Idade Média*, *Uma longa Idade Média* e *Os Intelectuais na Idade Média*. Recuperaremos nestas obras aspectos que consideramos importantes para a historiografia brasileira, especialmente no que se refere aos aspectos concernentes à figura do intelectual medieval. Ainda sobre estas obras, observaremos como este autor se comprometeu e produziu uma História desenvolvida a partir dos princípios de totalidade¹ e de longa duração. Assim, pretendemos salientar o que podemos aprender com o trabalho desse historiador.

Para analisarmos os textos de Le Goff, julgamos necessário apresentar alguns dados que consideramos importantes. Em primeiro lugar, ele viveu de perto grande parte dos acontecimentos que marcaram o século XX, um dos mais movimentados da modernidade (ARRIGHI, 2000). Foi educado e instruído na Europa da Segunda Guerra Mundial, consolidou sua trajetória como historiador na Europa da Guerra Fria e, depois, continuou a dedicar-se à História por ocasião da derrocada da URSS, momento em que Ocidente passou a viver uma nova época. No intervalo entre o início de sua vida e a sua morte, aos 90 anos de idade, Le Goff conquistou um lugar de destaque na cultura universitária.

Acreditamos que o 'lugar' por ele conquistado não se deve apenas aos seus trabalhos, que tiveram influência, em grande medida, no desenvolvimento da Nova História, mas sim ao fato de ele ser um historiador alinhado à tradição historiográfica francesa. Para além dos *Annales*, representados por Bloch e Febvre, é preciso lembrar que, desde o século XIX, na França, põe-se em evidencia uma escola historiográfica que inspira de forma marcante a produção da história no Ocidente, particularmente os estudos relativos à época medieval.

Desde o início da década de 1820, o movimento que ficou conhecido como historiografia romântica francesa, especialmente historiadores como François Guizot, Augustin Thierry, Victor Cousin, François Mignet², foi o responsável por uma série de escritos sobre o período medieval, além de sistematizarem e traduzirem, do latim para o francês, muitos documentos dessa época histórica. Esta escola pôs na ordem do dia a preocupação com a recuperação da memória das origens da nação francesa por meio da história medieval, remontando ao início da Idade Média. Na verdade este Grupo de historiadores tornou a história, particularmente a medieval, um instrumento político (ROSANVALLON, 1985). Em virtude dessa inquietação com uma longa perspectiva, consideramos que esses historiadores poderiam, igualmente, ser considerados precursores do conceito de longa duração cunhado por Fernand Braudel (1992).

Os estudos de Le Goff sobre a Idade Média, ancorados nessa tradição, contribuíram para a difusão da pesquisa sobre a Idade Média no Brasil, particularmente na área de História da Educação Medieval.

Além disso, a circulação cada vez maior das obras de Le Goff nos ajuda a examinar as fontes e situar os problemas que são os motores da pesquisa. Um desses problemas que se colocam para nós é, justamente, o papel do intelectual na Universidade brasileira³. Com efeito, o Brasil passa por um momento político e econômico que necessita de respostas ágeis e complexas. Acreditamos que os estudos sobre a gênese do intelectual contemporâneo, cujas estruturas remontam ao século XII, permitem supor que nós, professores e alunos da Universidade, constituímos um grupo virtualmente capaz de debater com seriedade os problemas do país e indicar possíveis soluções às instâncias decisórias. Para tanto, alguns pressupostos para a análise do intelectual na Idade Média necessitam ser examinados. Entre eles, está o fato de que o desconhecimento do processo histórico e o radicalismo constituem duas posturas que conduzem qualquer intelectual à ruína profissional.

Ainda sobre o conceito de intelectual desenvolvido por Le Goff, acreditamos ser necessário um esclarecimento importante. Não ignoramos as contribuições de Antônio Gramsci para o estudo dos intelectuais. Suas obras são, talvez, as mais lidas no campo da educação quando se trata do conceito de intelectual. Contudo, não há, neste artigo, menção sobre a influência de Gramsci sobre o trabalho de Le Goff acerca dos intelectuais na Idade Média.

Em primeiro lugar, acreditamos que os trabalhos de Gramsci convergem para uma análise do papel político desempenhado pelos intelectuais na história. Com efeito, a distinção entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais é um dos indícios mais evidentes da intencionalidade política, para não dizer partidária, dos estudos de Gramsci (1988). Segundo, acreditamos que o conceito de intelectual cunhado por Le Goff transcende o espectro político, inserindo-se numa perspectiva de totalidade e de longa duração, como se verá. A forma como Gramsci, a nosso ver, concebe o intelectual faz deste não somente um quadro importante na conquista da hegemonia por parte da classe dominante ou nas investidas contra-hegemônicas das classes dominadas – como o considerava, em resumo, as reflexões desse pensador –, mas o torna partícipe de um grupo peculiar de agentes sociais que só pode ser entendido no seio da sociedade na qual se insere. Para nós, a concepção de intelectual apresentada por Le Goff alarga o papel deste personagem na sociedade, tornando-o sujeito responsável pela produção e ação da história.

Exatamente por entender esta diferença estrutural entre as concepções dos dois autores de intelectual, deixamos explicitado que não acreditamos ser possível alinhar ou tecer aproximações entre ambos.

A tradição historiográfica francesa e a obra de Jacque Le Goff: os princípios de totalidade e de longa duração

Fazer uma reflexão acerca da produção de Le Goff e de suas relações com a tradição historiográfica francesa, principalmente aquela desenvolvida pelos historiadores da Restauração, que investigaram o período medieval a fim de “[...] consolidarem a ordem burguesa” (OLIVEIRA, 1999, p. 176)⁴, pressupõe uma pesquisa mais ampla do que a permitida por um artigo ou capítulo. Por isso, destacamos dois aspectos que julgamos cruciais para situarmos as contribuições de Le Goff para a História da Educação Medieval, que é o modo como ele mantém, em suas obras, a perspectiva de totalidade e o princípio de longa duração.

A Revolução Francesa era uma das principais preocupações dos historiadores franceses do século XIX. Esse acontecimento lançava, ao mesmo tempo, luz e sombra

sobre o presente e o futuro da França e, para distinguir as formas que surgiam a partir daquele momento, recorreu-se ao passado, à História (cf. OLIVEIRA, 1999).

François Guizot, um dos principais historiadores da chamada historiografia romântica, dedicou-se ao estudo da História da França, desde suas raízes medievais até os acontecimentos que marcaram a transição do Antigo Regime para a ‘nova’ ordem burguesa:

Seguramente, não há nada que pareça com este trabalho lento, obscuro, doloroso, da burguesia moderna, escapando, com grande trabalho do seio da servidão, ou de uma condição próxima da servidão, e empregando séculos, não para disputar o poder político, mas para conquistar sua existência civil. Nosso terceiro estado é, repito, um fato novo, até então sem exemplo na história do mundo, e que pertence exclusivamente à civilização da Europa moderna. (GUIZOT, 1884, IV, p. 5-7).

Percebemos que Guizot, ao buscar explicações sobre a formação do Terceiro estado, assinala que, embora este seja um dado novo, suas origens remontam ao trabalho e ao empenho dos burgueses [habitantes do burgo] desde o período em que viviam sob a servidão. Isso significa que uma abordagem história acerca do fenômeno Terceiro estado deve ser feita em uma perspectiva de longa duração – o que implicaria, também, a complexa relação entre passado, presente e futuro.

Em outro momento, mas relacionado à essa questão, Guizot se preocupa em explicar o modo como as revoluções são produzidas. Destaca que as causas das revoluções podem ser mais prosaicas em relação àquelas que normalmente se atribuem:

As causas das revoluções são sempre mais gerais do que se supõe; o espírito mais penetrante e mais vasto não o é nunca o suficiente para perceber desde a primeira origem e as abarcar em toda a sua extensão. E não falo aqui deste encadeamento necessário dos acontecimentos que faz com que eles nasçam constantemente uns dos outros, e que, o primeiro dia traz em seu seio o futuro inteiro. Independentemente deste laço eterno e universal de todos os fatos, é verdadeiro dizer que essas grandes vicissitudes das sociedades humanas que denominamos de revoluções, o deslocamento dos poderes sociais, a subversão das formas de governo, a queda das dinastias, datam de mais distante do que diz a história, e provêm de causas bem menos especiais do que aquela que se lhe atribui comumente. Em outras palavras, os acontecimentos são maiores do que sabem os homens, e aqueles mesmos que parecem a obra de um acidente, de um indivíduo, de interesses particulares ou que qualquer circunstância

exterior, têm fontes bem mais profundas e de outro alcance. (GUIZOT, 1857, p. 57).

Guizot nos indica que a história de uma revolução precisa ser analisada cuidadosamente sob a perspectiva de totalidade e de longa duração. O momento em que as transformações profundas acontecem na sociedade é, segundo ele, apenas a manifestação mais singular de um mosaico de outros acontecimentos e movimentos dos homens, mosaico cujo desenho só pode ser distinguido se percebido em sua totalidade. Além disso, o emaranhado dos fatos nem sempre se localiza próximo do historiador e de seu objeto de estudo: é preciso retroceder no tempo para avançar no estudo da história.

Nesse aspecto em particular, Alexis de Tocqueville (1997), embora ele não faça parte do grupo de historiadores vinculados à historiografia romântica. No entanto, assistiu a um dos cursos de Guizot e sua obra carrega a influência de seu mestre – e ambos são mestres de Le Goff. Em *O Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville procura explicar os episódios que marcaram a Revolução Francesa e observa que nenhum acontecimento pode ser entendido em sua totalidade no exato momento em que eclode. Seria preciso retroceder no tempo e considerar sua trajetória histórica.

Essa idiosincrasia entre passado e presente – e futuro –, bem como a conservação, por parte de Le Goff, dos princípios de totalidade e de longa duração, podem ser observados no verbete *Passado/Presente*, escrito para a Enciclopédia Einaudi e, posteriormente, publicado numa coletânea intitulada *História e Memória*⁵. Nesse texto, Le Goff (1990, p. 208) procura demonstrar que “A distinção passado/presente (futuro) é maleável e está sujeita a múltiplas manipulações”. A maleabilidade dessa distinção reside no fato de que o homem precisa compreender e, na medida de suas possibilidades, controlar o tempo. Passado, presente e futuro não são estanques e não se sucedem de maneira mais ou menos organizada e previsível. Segundo Le Goff (1990), quem dá o tom da relação entre passado, presente e futuro é o homem, por meio da História. Por meio da História, o homem busca, no passado, lições que sejam capazes de ensiná-lo a ser melhor do que é no presente e, também, o ‘fundo permanente’ que, como ensina Bloch (2001), não permite que os termos ‘homem’ e ‘sociedade’ percam sentido, apesar da distância que separa o presente e o passado. Acreditamos que esse aprendizado pode ser obtido na

medida em que estudamos a história a partir dos princípios de totalidade e de longa duração.

A marca da longa duração que Le Goff herdou daqueles que o antecederam aparece em outros momentos desse verbete. Para demonstrar que o tempo, para o homem, é uma realidade que implica, ao menos, três dimensões, ele recorre à Santo Agostinho e, como ensina Políbios, tira proveito da História. As três dimensões enunciadas por Agostinho nas *Confissões*, e que são retomadas por Le Goff em Passado/Presente para demonstrar o verdadeiro sentido da ideia de que vivemos sempre no presente, são “o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes, o presente das coisas futuras” (AGOSTINHO *apud* LE GOFF, 1990, p. 205). Nesse aspecto, a tradição historiográfica francesa não faz retoques ao que afirmou Agostinho – a essência da nossa percepção acerca da tridimensionalidade do tempo é a mesma da do século IV e Le Goff soube reconhecê-la.

O problema da longa duração também aparece em *Uma longa Idade Média* — o próprio título do livro já sugere isso. Em uma das entrevistas concedidas por Le Goff à revista *L'Histoire* e publicada no livro em questão, ele procura demonstrar que a periodização ‘tradicional’ da Idade Média, como um período que começa em 395 ou 476 e termina em 1453 ou 1492, não dá conta da complexidade da civilização medieval. Segundo ele, é preciso considerar que a Idade Média é mais do que um conjunto de acontecimentos. Nela estruturou-se uma determinada cultura que “[...] exprime um conjunto de valores – um modelo de organização dos valores – que se desfaz entre 1750 e 1850, para acabar ao longo dos anos 1950, com ‘o fim das províncias’” (2008, p. 69). Assim, Le Goff estende, por assim dizer, a Idade Média até o século XIX e o faz porque se dedicou, para além dos marcos políticos e econômicos, aos problemas da mentalidade⁶, profundamente relacionados às questões estruturais das sociedades.

No Prólogo do livro *Em busca da Idade Média*⁷, Jean-Maurice Montremy salienta a importância do modo como Le Goff considera o estudo da Idade Média. Ao tratar dos motivos para se estudar o período medieval, Montremy afirma que

[...] somos frequentemente medievais quando nos vangloriamos de sermos modernos; e frequentemente não passamos de ‘apreciadores da Idade Média’ quando cremos nos enraizar no tempo das catedrais, dos cavaleiros, dos lavradores e dos comerciantes. Os códigos e os valores desse longínquo passado-próximo são bem mais estranhos a nós do que habitualmente

pensamos. Mas lhes devemos bem mais do que queremos admitir (MONTREMY, 2008, p. 12).

Assim, há razões para acreditarmos que Le Goff corrobora essa ideia de Montremy; afinal sua trajetória acadêmica não se reduz às discussões metodológicas acerca da Nova História, mas se dá no campo profícuo da História Medieval.

Além disso, observamos que a dicotomia estranhamento-familiaridade que temos, segundo o autor, em relação à Idade Média, justifica, em grande medida, um olhar mais abrangente e complexo para esse período da história ocidental. Com efeito, se a Idade Média nos é estranha e familiar ao mesmo tempo, acreditamos ser necessária uma pesquisa que leve em consideração, para além dos grandes eventos que definem a periodização tradicional, também os elementos estruturantes da civilização medieval – as formas de ser e de pensar dos homens medievais. Desse modo, poderemos identificar em que somos diferentes, em quais aspectos devemos à cultura medieval e seguir em frente de acordo com os nossos problemas e soluções.

Essa questão parece ser mais importante para os franceses do que para nós, brasileiros. Entretanto, consideramos essa observação irrelevante, para não dizer equivocada, pois o Brasil é um país cujas raízes remontam, também, à Europa medieval. E mesmo se assim não fosse, seríamos ingênuos em pensar que o estudo da História, qualquer que seja a abordagem e o objeto, em nada nos interessa. Enfim, Le Goff, na esteira de seus mestres dos Annales e da historiografia francesa do século XIX, corrobora a importância do estudo da História:

A Idade Média certamente não me trouxe soluções para o tempo presente. Em compensação, ela trabalhou em mim tanto quanto eu trabalhei nela – e trabalhou em mim como homem militante tanto no século XX como agora no XXI. Para adaptar uma fórmula de Stanislas Fumet, há uma história da idade Média em minha vida, nas ‘dádivas’ que a história faz ao historiador. **A história me empurrou para a ação.** Jamais eu poderia separar minha leitura de *Ivanhoé* do entusiasmo que suscitava em mim o *Front Populaire* naquele mesmo ano de 1936. Não me lembro de acontecimento que me tenha provocado o mesmo entusiasmo. A Libertação não me deu essa felicidade, pois não apagava nem a derrota nem a amargura dos anos negros, nem a descoberta do horror. Ah, mas 1936! *Robin des Bois* de um lado. Do outro as experiências sociais... Compreendi mais tarde que eu transferia minhas emoções (meus problemas, inconscientemente) do presente para o passado, que eu transformava em coisas vivas as coisas do passado. A idade Média só me conquistou por seu poder

quase mágico de me transportar para um ambiente novo, de me arrancar das inquietações e das mediocridades do presente e, ao mesmo tempo, de tornar o presente para mim mais ardente e mais claro. (LE GOFF, 2008a, p. 19-20, grifo nosso).

Nesse sentido, Le Goff nos ensina de que a História não serve para descobrir as origens do presente – e aqui identificamos, mais uma vez, a marca daqueles que são os pilares teóricos e metodológicos da obra de Le Goff. Reduzir a História ao estudo das origens seria esgotar as possibilidades da História como ciência social, pois essa seria uma História sem problema, sem questão, ou seja, sem o ‘primeiro motor’ que motiva o historiador a buscar e analisar suas fontes. Acreditamos que esse seja um ensinamento fundamental para nós, pedagogos que se aventuram na História e, muitas vezes, sofrem pela carência de teoria e de método⁸.

Ainda no livro *Em busca da Idade Média*, identificamos a questão de totalidade e de longa duração e o modo como Le Goff entende a articulação entre esses dois princípios:

Já tenho dito que, no meu modo de ver, um fato histórico é sempre construído por um historiador. Da mesma forma o são os períodos – e estes mais ainda. Não há nada a nos assinalar que se entra numa época, nem que se sai de outra.

[...] A história transcorre de modo contínuo. Uma série de mudanças – que frequentemente não são simultâneas – delimitam evoluções. Quando um certo número dessas mudanças afeta domínios tão diferentes como a economia, os costumes, a política ou as ciências; quando essas trocas acabam por interagir umas sobre as outras até construir um sistema, ou, em todo caso, uma paisagem nova, então, sim, podemos falar de uma mudança de período. Nenhuma troca, porém, tem como referência uma única data, um único fato, um único lugar, num único domínio de atividade humana [...]. Ideologicamente, se posso dizer, o Antigo Regime sem dúvida estava morto há quase um século, com a querela quente do jansenismo. Culturalmente, persiste em amplas características do século XIX, e bastaria o empreendimento napoleônico para prova-lo. François Furet mostrou claramente que a Revolução Francesa prosseguiu durante uma boa parte do século XIX. (LE GOFF, 2008a, p. 54-55).

Como ter essa percepção da História se desprezarmos os princípios de totalidade e de longa duração? Acreditamos que, com Le Goff, aprendemos a fazer essa pergunta sempre que nos deparamos com recortes demasiadamente arbitrários, muitas vezes não explicados por seus autores. Se nos mantivermos na ignorância acerca dessas questões teóricas, dificilmente conseguiremos perceber a insuficiência de tais recortes, frequentemente

feitos em manuais que não raro figuram como bibliografias básicas, senão únicas, dos cursos de História da Educação⁹.

A questão dos intelectuais

Acreditamos que a relação entre a trajetória de Le Goff na historiografia e suas bases teóricas e metodológicas, oriundas de uma tradição que remonta à historiografia francesa do século XIX, pode ser observada em muitas de suas obras¹⁰. Contudo, dados os limites deste texto, entendemos que a discussão feita até o momento ilustra, principalmente, o seu compromisso com uma perspectiva de pesquisa que leva em consideração a totalidade e a longa duração como princípios fundamentais para o desenvolvimento da ciência histórica.

Passemos à discussão, agora, da questão dos intelectuais em Le Goff e seus ensinamentos para nós, professores e estudantes de cursos de História da Educação. Para fazer isso, recorreremos ao estudo feito por Le Goff na década de 1950 e que resultou na publicação, em 1957, do livro *Les intellectuels au Moyen Age*¹¹.

Consideramos o trabalho de Le Goff (2010) acerca dos intelectuais na Idade Média um exemplo, uma trajetória analítica, que pode nos auxiliar no trabalho com as fontes. Além disso, se voltarmos o olhar para o contexto em que o estudo sobre os intelectuais foi realizado, perceberemos que sua obra é prova do que ele próprio afirmou, conforme já apresentamos aqui: o historiador é movido ao exercício de seu ofício pelos problemas que seu tempo presente apresenta a ele.

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991, o mundo viveu um período de conflito que a historiografia designa como Guerra Fria. O livro de Le Goff sobre os intelectuais na Idade Média foi produzido nesse contexto, no qual não houve embates diretos nos moldes que a Europa presenciou na primeira metade do século. O *front* principal da Guerra Fria foi, em resumo, o do conhecimento. Assim, compreender a gênese do personagem cuja função é lidar com o conhecimento não parece ser um preciosismo do autor, mas sim uma questão emergente para os problemas de sua época.

Já nas primeiras páginas de *Os Intelectuais na Idade Média*, Le Goff (2010, p. 30) nos apresenta a definição de ‘intelectual’ que pauta suas reflexões: “Um homem cujo

ofício é escrever ou ensinar, e de preferência as duas coisas a um só tempo, um homem que, profissionalmente, tem uma atividade de professor e de erudito, em resumo, um intelectual – esse homem só aparecerá com as cidades [...]”. Como podemos perceber, o intelectual como aquele que vive do e para o ensino e a pesquisa não é uma exclusividade do nosso tempo. Aliás, como a obra de Le Goff permite supor, é preciso considerar a História Social dos intelectuais numa perspectiva de longa duração, sob pena de alimentarmos uma memória fragmentada desse personagem. Se perdermos de vista a essência do intelectual, perde-se também o elemento que o situa no conjunto complexo da sociedade ocidental.

Um dos aspectos essenciais a ser considerado acerca do intelectual medieval e que, numa perspectiva de longa duração, não deve ser perdido de vista, é a necessidade da circulação do saber. Para quem se dedica ao ensino, à erudição, o conhecimento entesourado é um problema grave. Dentre os motivos que levaram Le Goff (2010) a afirmar que não houve um Renascimento Carolíngio e que o intelectual nasce com as cidades é justamente a circulação cada vez maior de textos e teorias no ambiente urbano, ao passo que o saber na época de Carlos Magno estava mais para um artigo de luxo e sinal de prestígio, algo a ser conservado e não difundido¹².

Essas duas primeiras características do intelectual medieval elencadas por Le Goff (2010) dizem respeito, especialmente, aos tradutores e clérigos que trabalhavam nas cidades a partir do século XII. O trabalho dos tradutores, por exemplo, é que permitiu o conhecimento, no Ocidente, de grande parte da obra de Aristóteles, cujo estudo seria, no século XIII, uma das pedras angulares das Universidades e do momento áureo da Escolástica (LE GOFF, 2010).

Aliás, grande parte do livro de Le Goff é dedicada ao século XIII, que ele chama de o tempo da maturidade. Segundo ele, as Universidades elevaram o intelectual à condição de personagem central da civilização medieval. Sinal disso é, por um lado, as contendas entre universitários e autoridades laicas e eclesiásticas e, por outro, as tentativas, por parte dessas mesmas autoridades, de proteger mestres e estudantes em situações de conflito.

Em relação aos poderes eclesiásticos, Le Goff (2010) afirma que o ensino esteve, até o século XII, sob o comando quase completo da Igreja. Com a organização das Universidades no século XIII, mestres e estudantes passaram a reclamar mais autonomia

e liberdade. Em Paris, por exemplo, o chanceler perde, em 1213, a prerrogativa de conceder a *licentia docendi*, passando-a aos mestres, até deixar de ser o chefe oficial das escolas em 1301 e, “por ocasião da grande greve de 1229-1231, a Universidade deixa de pertencer à jurisdição do bispo” (LE GOFF, 2010, p. 95).

Essa greve, inclusive, de acordo com o autor, foi deflagrada depois do que chamou de “sangrentos acontecimentos de 1229” (LE GOFF, 2010, p. 96), que tiveram como protagonistas os membros da Universidade e a polícia real. Depois da polícia real ter matado vários estudantes, a maioria dos universitários entrou em greve e se retirou para Orleans. A greve só chegou ao fim depois que São Luís e Branca de Castela reconheceram a independência da Universidade e ampliaram os privilégios que a instituição já tinha desde 1200 (LE GOFF, 2010).

Além de Paris, há outros exemplos tanto de conflitos como de declarações de apoio e proteção em relação aos intelectuais no século XIII¹³. Os intelectuais, a despeito das confusões que alguns deles causavam nas cidades – os goliardos são, talvez, os maiores exemplos –, eram ‘caçados’ e protegidos por causa da importância cada vez maior que adquiriam no conjunto da sociedade. Enfim, eles tinham papel político relevante no desenvolvimento da civilização medieval.

Outro aspecto considerado importante por Le Goff (2010) é o uso de livros pelo intelectual do século XIII. Devido às características do ensino e da pesquisa na época das Universidades, o livro se torna um instrumento de manuseio diário e isso provoca, segundo o autor, transformações profundas na produção literária: “Completa-se uma primeira revolução: o livro não é mais um objeto de luxo, tornou-se instrumento. É um nascimento, mais que um renascimento, enquanto não se chega à impressão” (LE GOFF, 2010, p. 116).

Essa passagem, na qual o autor evidencia que o livro e sua função passa de tesouro para instrumento de trabalho, no século XIII, contribui no entendimento da segunda tendência fundamental do intelectual medieval que mencionamos acima: a circulação de ideias é condição da sua existência. E essa circulação representa não só a liberdade de ensinar e produzir ciência – dadas as devidas diferenças que essas expressões têm para os medievais e para nós, do século XXI –, mas na possibilidade de tomar conhecimento das autoridades:

A escolástica se alimenta de textos. Trata-se de um método de autoridade, que se apóia sobre uma dupla base das civilizações precedentes: o Cristianismo e o pensamento antigo enriquecido, como se viu, pela contribuição árabe. É fruto de um momento, de um renascimento. Digere o passado da civilização ocidental. A Bíblia, os Padres, Platão, Aristóteles, os árabes são os dados do saber, os materiais de construção. O perigo aqui é a repetição, o psitacismo, a imitação servil. Os escolásticos herdaram dos intelectuais do século XII o sentimento agudo do progresso necessário e inelutável da história e do pensamento. Com os materiais, construíram sua obra. Aos alicerces acrescentaram andares novos, ergueram edifícios originais. São da linhagem de Bernard de Chartres, montados nas costas dos Antigos para ver mais longe. *Jamais*, diz Gilbert de Tournai, *acharemos a verdade, se nos contentarmos com o que já existe... Os que escreveram antes para nós não são senhores, mas guias. A verdade está aberta a todos, ainda não foi possuída por inteiro. Admirável ímpeto do otimismo intelectual, oposição ao triste Tudo está dito, chegamos muito tarde...* (LE GOFF, 2010, p. 118-119).

O respeito profundo que os intelectuais medievais tinham pelos antigos, pelos autores que fundamentavam sua própria forma de pensar, parece ser uma das grandes lições que o estudo da História da Educação Medieval pode nos proporcionar. E, mais uma vez, a obra de Le Goff (2010) é um convite à reflexão sobre o papel dos intelectuais na contemporaneidade. No afã de propormos sempre soluções inovadoras para problemas igualmente novos, por vezes ignoramos [in] conscientemente a experiência humana de mais de vinte séculos na crença de que o passado em nada tem a ver com o futuro. Uma sociedade que põe ao largo a memória é o mesmo que um homem que se esquece de que, quando se coloca a mão sobre o fogo, sempre se obtém queimaduras, independentemente de quem seja. E essa situação é ainda mais preocupante quando somos nós, professores e alunos da Universidade, que solapamos a memória em favor de interesses particulares. Sob este aspecto é preciso considerar que o reducionismo teórica e moral não era marca do intelectual medieval, assim como não deve ser a dos intelectuais contemporâneos.

Considerações Finais

Para concluir, retomamos dois aspectos que procuramos salientar acerca da importância de Le Goff para os estudos em História da Educação Medieval. Em primeiro lugar, destacamos o fato de que a obra desse autor se fundamenta numa tradição

historiográfica, que remonta ao século XIX, e que elenca como princípios fundamentais dos estudos históricos a totalidade e a longa duração. Acreditamos que a definição dos objetos, a escolha e a análise das fontes devem considerar, como nos ensina Le Goff e os ‘gigantes’ em cujos ombros ele se assenta, as múltiplas determinações que dado fenômeno implica, bem como o fato de que, em História, os começos e os fins não podem ser definidos arbitrariamente, nem serem fruto do acaso. Em segundo lugar, enfatizamos o compromisso de Le Goff em extrair da História as lições que ela pode nos dar acerca dos homens e da sociedade – particularmente, sobre o intelectual. Nesse sentido, percebemos que o presente é insuficiente para conhecermos o homem em sua totalidade. A História é, assim, desejável e necessária, na medida em que nos possibilita saber quem somos e agirmos de forma prudente.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **O Longo século XX**. São Paulo: Unesp/Contraponto, 2000.
- BRAUDEL, F. 'História e Ciências Sociais'. *A longa duração*. BRAUDEL, F. In: **Escritos sobre a História**. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 41-7
- GONDRA, J. G. (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GUIZOT, F. **Essai sur l'Histoire de France**. Paris: Bonaventure et Ducessois, 1857.
- GUIZOT, F. **Histoire de la civilisation en France, depuis de la chute de l'Empire Romain**. Paris: Didier Émile Perrin, 1884, 4v.

¹ Para o conceito de totalidade nos apropriamos da definição apresentada pela historiografia do século XIX, mas também nos aproximamos da apresentada por Tomás de Aquino, na *Suma de Teologia*, na qual considera que totalidade é o entendimento de homem no seu todo, dito de outro modo, para se entender as ações humanas é preciso considerar sua materialidade e intelectualidade. Esclarecemos esta questão porque entendemos ser impossível tratar da história, de um autor ou obra, em sua totalidade.

² Acerca da Historiografia Romântica Francesa recomendamos a leitura da Tese *Guizot e a Idade Média: civilização e lutas políticas*, de Terezinha Oliveira (1997), bem como o artigo *Porque Retomar François Guizot*, da mesma autora (1998).

³ Ao tratarmos do conceito de intelectual, sob a perspectiva da História da Educação, não poderíamos deixar de mencionar os estudos de Carlos Eduardo Vieira que, há décadas dedica-se a investigar este importante 'sujeito social'. Dentre seus estudos mencionamos um artigo no qual ele trata sobre as possíveis origens da figura do intelectual no Brasil "No contexto brasileiro, podemos afirmar que escritos do gênero biografias intelectuais foram produzidos desde o segundo quartel do século XIX, a partir da tradição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A escrita de biografias laudatórias, verdadeiras hagiografias, típicas da escrita de muitos membros do IHGB, permanecem presentes no cenário editorial, porém são incomuns no contexto acadêmico. Neste, as pesquisas históricas e sociológicas sobre intelectuais proeminentes ou obscuros ganharam outro rumo e se afirmaram, gradativamente, desde a segunda metade do século XX, com o surgimento e o desenvolvimento das universidades no país" (VIEIRA, 2015, p. 15).

⁴ No artigo A historiografia francesa dos séculos XVIII e XIX: as visões iluminista e romântica da Idade Média, Oliveira procura demonstrar que a História é obra dos homens e, portanto, uma ciência que procura responder aos anseios da sociedade. Assim, ao afirmar que os historiadores da Restauração tinham como finalidade o desenvolvimento da ordem burguesa, não está se fazendo nenhum juízo de valor. Ao contrário, ressalta-se a importância de o historiador fazer o seu trabalho motivado pelos problemas de sua época.

⁵ A edição brasileira que utilizamos foi publicada em 1990 pela Editora da Unicamp. Essa coletânea foi publicada na França em 1988 com o título de *Histoire et mémoire*.

⁶ Jacques Le Goff é considerado como um dos precursores da chamada História das Mentalidades. Contudo, a História das Mentalidades não se constitui como objeto central deste artigo. A menção a questão das Mentalidades é importante na medida em que elucida o compromisso de Le Goff com a totalidade e a longa duração na pesquisa histórica.

⁷ Esse livro foi escrito a partir de uma série de entrevistas concedidas por Le Goff a Jean-Maurice Montremy. O texto final foi inteiramente revisto por Le Goff.

⁸ Aliás, essa é uma das principais críticas dos historiadores de 'nascença' aos historiadores da educação que não tiveram formação inicial em História. Ver, por exemplo, as coletâneas de textos intituladas *Invenções, tradições e escritas da História da Educação* (2012) e *Pesquisa em história da educação no Brasil* (2005), a primeira organizada por Regina H. S. Simões e José G. Gondra e a segunda organizada por J. G. Gondra.

⁹ Não temos a intenção de denunciar o uso de manuais em cursos de graduação e pós-graduação, ou mesmo de condenar a produção de manuais. Alguns manuais são obras verdadeiramente eruditas – ver, por exemplo, os manuais de História da Educação na Antiguidade Cristã (1978), na Idade Média (1979) e no século XVII (1981) escritos por Ruy Afonso da Costa Nunes. Nosso destaque aos manuais deve-se ao fato de que consideramos que conhecer História somente por meio de manuais é insuficiente e, se os manuais forem entendidos como portadores da ‘verdade histórica’, pode mais obscurecer do que esclarecer.

¹⁰ Dentre os exemplos que não apresentamos, como poderíamos afirmar que o livro *A civilização do Ocidente Medieval* (2005) não está firmemente assentado sobre os alicerces edificados pelas pesquisas sobre a História da Civilização na Europa de François Guizot, no século XIX, de Lucien Febvre e Marc Bloch, no XX?

¹¹ Esse livro foi reeditado na França em 1985 sem modificações, fato que o próprio Le Goff explica no Prefácio da referida reedição. Segundo ele, “[...] o essencial da concepção do mundo escolar e universitário medieval” (LE GOFF, 2010, p. 7) apresentado em 1957 não se modificou a ponto de exigir uma revisão. Há edições dessa obra publicadas no Brasil e a que utilizamos neste artigo é a terceira edição publicada pela Editora José Olympio em 2010. O título da edição brasileira é uma tradução literal do título da edição francesa, isto é, *Os Intelectuais na Idade Média*.

¹² Nós, que fazemos parte de uma instituição que, aparentemente, preza pela difusão do saber, vemos com estranhamento essa concepção segundo a qual os livros são tesouros a serem guardados, mas ela não parece surreal para a mentalidade de nossa época. Em um vídeo de humor feito por um grupo de humoristas brasileiros assistidos por milhares de pessoas – até outubro de 2016, o vídeo foi visto por mais de 2 milhões de pessoas –, dois personagens conversam sobre *Moby Dick*, romance de Herman Melville, que um deles mantém em uma estante repleta de outros livros. O dono do exemplar choca-se ao saber, por meio de seu convidado, que *Moby Dick*, e todos os outros livros que compõem sua biblioteca, contém uma história com a qual podemos aprender alguma coisa e não é apenas um objeto decorativo.

¹³ Estudos recentes produzidos por Oliveira (2012) sobre cartas oficiais referentes as Universidades demonstram que as Universidades tinham papel estratégico na configuração política do Ocidente medieval, sendo reconhecidas e protegidas por diversas autoridades.